



RISCOS



UMA LEITURA GEOGRÁFICA SOBRE O TERRITÓRIO, OS SUJEITOS DA AÇÃO E OS PARADOXOS  
QUE SE IMPÕEM EM CHAPADA GAÚCHA, MINAS GERAIS, BRASIL\*

85

A GEOGRAPHICAL READING OF THE TERRITORY, ACTION CHARACTERS AND IMPOSED PARADOXES  
IN CHAPADA GAÚCHA, MINAS GERAIS, BRAZIL

Juzânia Oliveira da Silva Brandão

Universidade de Brasília, Departamento de Geografia (Brasil)  
Doutoranda bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)  
ORCID [0000-0002-2404-5153](https://orcid.org/0000-0002-2404-5153) [210013389@aluno.unb.br](mailto:210013389@aluno.unb.br)

Fernando Luiz Araújo Sobrinho

Universidade de Brasília, Departamento de Geografia (Brasil)  
ORCID [0000-0003-1815-8677](https://orcid.org/0000-0003-1815-8677) [flasobrinho@unb.br](mailto:flasobrinho@unb.br)

RESUMO

Através da leitura dos usos do território identifica-se forças atuantes e conflitantes na disputa por recursos naturais e poder de atores hegemônicos. Com a intensificação do agrocultivo no Cerrado brasileiro também ativou-se o consumo exacerbado e poluição que, por vezes, consubstanciou-se na precarização de recursos hídricos importantes para todo o território nacional, afetando diretamente populações tradicionais e unidades de conservação. O desafio aqui é expor o antagonismo de interesses entre os utilizadores do território para plantio e venda de *commodities* e os sujeitos territorializados, os que tem uma relação orgânica com o lugar. Este estudo parte da teoria centrada na perspectiva do Sul Global - Santos, Porto-Gonçalves, Quijano, Mbembe, Mignolo, entre outros - em diálogo via Teoria da Complexidade de Morin - não-Sul Global. A pesquisa, de cunho qualitativo, sustenta-se na pesquisa exploratória, campo realizado em 2022, no município de Chapada Gaúcha e proximidades. Obteve-se informações a partir de diálogos informais com residentes, além de pesquisa em dados secundários, bibliográfica e documental, que apresenta como se estabelecem as disputas, como afeta as populações locais e os impactos ambientais decorrentes do agrocultivo extensivo e avesso à biodiversidade regional. Como resultado, verificou-se que um grupo minoritário de sujeitos exôgenos ao lugar relacionados ao agrocultivo subjugam as diferentes formas de vida dependentes do território. A sobreposição sociocultural conduz ao apagamento da sociobiodiversidade territorial.

**Palavras-chave:** Território usado, metadesenvolvimento, ocupação colonial.

ABSTRACT

By reading the *Uses of the Territory*, Milton Santos's theory, active and conflicting forces are identified in the dispute for natural resources and the power of hegemonic actors. With the intensification of agriculture in the Brazilian Cerrado, exacerbated consumption and pollution were also activated. This sometimes resulted in the scarcity of important water resources for the entire national territory, directly affecting traditional populations and conservation areas. The challenge here is to expose the antagonism of interests between users of the territory for planting and selling commodities and the territorialised communities, those who have an organic relationship with the place. This study is based on the theory centred on the perspective of the Global South - Santos, Porto-Gonçalves, Quijano, Mbembe, Mignolo, among others - in dialogue with Morin's Complexity Theory - non-Global South. This qualitative research is based on exploratory research, carried out in 2022, in the municipality of Chapada Gaúcha and nearby areas. Information was obtained from informal conversations with residents, as well as research into secondary data, bibliographic and documentary, which shows how disputes are established, how all this affects local populations and the environmental impacts resulting from extensive agricultural cultivation that is detrimental to regional socio-biodiversity. As a result, it was found that a minority group of people from outside the area involved in agro-farming subjugate the different forms of life that depend on the territory. Sociocultural overlap leads to the obliteration of territorial sociobiodiversity.

**Keywords:** Used territory, metadevelopment, colonial occupation.

\* O texto deste artigo corresponde a uma comunicação apresentado no VI Congresso Internacional de Riscos, tendo sido submetido em 25-09-2023, sujeito a revisão por pares a 17-11-2023 e aceite para publicação em 17-04-2024. Este artigo é parte integrante da Revista *Territorium*, n.º 32 (II), 2025, © Riscos, ISSN: 0872-8941.

## Introdução

*“Não se trata de inventar de novo a roda, mas de dizer como a fazemos funcionar em nosso canto do mundo; reconhecê-lo será um enriquecimento para o mundo da roda e um passo a mais no conhecimento de nós mesmos. [...] pensá-la a partir do que somos”* (Santos, 2002, p.52).

As médias e pequenas cidades brasileiras tiveram uma readequação populacional no quadro geral no território nacional, prova disso foram os dados comprobatórios pelo Censo Demográfico do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) 2022, com resultados apresentados no ano posterior, 2023. Isso se deve, entre tantos outros fatos, ao interesse de atividades vinculadas ao capital externo, em especial à produção e reprodução de mercadorias, produtos básicos à comercialização global, tão ideologizado como *commodities*.

O conceito de Território aqui abordado será o mesmo que em Santos e Silveira (2001, p. 247), aqui a categoria de análise se faz a partir da perspectiva do “território usado”, “interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, trabalho e política”. Onde a designação, Territorialidade, apresenta-se como sinônimo de pertencer àquilo que carrega consigo o sentimento de pertencimento, de exclusividade e de limite que ultrapassa a humanidade e prescinde da presença, existência do Estado. Logo, a territorialidade é compreendida aqui como área de vivência e reprodução, o “território usado”, que necessita de um esforço para analisar sistematicamente sua constituição, esse “território vivo” a considerar “fixos” e “fluxos”, este “formado por elementos públicos e privados”, já aquele constituindo-se na “ordem política ou social”. Neste contexto, faz-se necessário também a compreensão e determinação da “periodização”, uma vez que diferentes momentos históricos interseccionam o mesmo território em distintos períodos.

O território analisado nesta pesquisa comporta tanto a unidade quanto a diversidade, produzindo sistemas técnicos muito específicos que definem a repartição do trabalho, revelando heranças, ações passadas que se expressam na atualidade, no processo social ali presente. Os mesmos sistemas técnicos, muitas vezes não têm nenhuma solidariedade com o território, muito menos com a territorialidade ali existente, que se instalam por força do global e reproduzem uma divisão territorial do trabalho que exclui e marginaliza os sujeitos territorializados. A mesma divisão territorial do trabalho que

*“[...] cria uma hierarquia entre os lugares e redefine, a cada momento, a capacidade de agir*

*das pessoas, das firmas e das instituições. Nos dias atuais um novo conjunto de técnicas torna-se hegemônico e constitui a base material da vida da sociedade. É a ciência que, dominada por uma técnica marcadamente informacional, aparece como um complexo de variáveis que comanda o desenvolvimento do período atual. O meio técnico-científico-informacional é a expressão geográfica da globalização* (Santos e Silveira, 2001, p. 21).

É importante compreender que a complexidade de ações como essas, refletidas diretamente na objetificação composta e imposta ao território, interferem diretamente no uso do território, impacta toda uma dinâmica endógena pré-existente, reverberando na relação dos sujeitos como a composição do território, na sua reprodução cultural e simbólica, seja do grupo social previamente territorializado, seja dos novos grupos que ali se instalam, constituindo a sobreposição cultural entre esses grupos distintos, neste primeiro momento, como endógeno *versus* exógeno que, com o passar do tempo, ambos se constituirão tão somente como endógenos.

A harmonia aqui quase nunca é mantida, na maioria das vezes, um determinado grupo, que se considera mais potente ou mais organizado associativamente, age para descaracterizar ou até mesmo para destruir as expressões culturais anteriores. Esse é o caso analisado do município de Chapada Gaúcha em Minas Gerais. Fato explicitado pelo próprio nome do município, em que o termo Chapada é estabelecido por se localizar em região de chapadões no coração do Bioma Cerrado, também conhecida pelos povos e grupos territorializados com os “Gerais”, o “Sertão” mineiro. Já o segundo nome, Gaúcha, é uma designação de grupos de agropecuaristas do Bioma dos Pampas, localizado na região sul do Brasil que, a partir do processo conhecido como “expansão agropecuária”, estendeu-se por todo território nacional, alcançando até o Bioma Amazônico no norte do país.

### Os sujeitos da Chapada Gaúcha - Minas Gerais

O estado mineiro é composto por 12 mesorregiões e no que se refere a criação e adensamento populacional, os municípios das mesorregiões mais a sul e sudeste tiveram um processo intensificado no período da exploração aurífera que se deu a partir do século XVII. Aqui podemos incluir os municípios fronteiriças com os estados de São Paulo e Rio de Janeiro (fig. 1 e 2). Já nas mesorregiões que se localizam a norte e noroeste mineiro que fazem limite com os estados da Bahia, Distrito Federal e Goiás, aconteceu de forma mais desacelerada, podemos dizer que quase no ostracismo por parte do Estado ou de interesses privados, formando contextos populacionais muito particulares, centrado principalmente em

pequenas vilas e povoados extremamente vinculados a agricultura familiar e extrativismo. O fator principal ao adensamento populacional nestas mesorregiões foi a transferência da capital federal, na década de 1960, do Rio de Janeiro para Brasília, somado aos

planos de “desenvolvimento” do governo nacional que intencionavam um novo processo de “colonização” do centro-norte do país, fomentando, principalmente, a produção e reprodução da monocultura de grãos em larga escala destinada a exportação.

É neste contexto que se centram os estudos a fim de buscar respostas sobre as atuais tecituras, novas relações e tensões nesse espaço geográfico analisado. Logo, por compartilhar da mesma interpretação, utiliza-se o conceito de Santos (1986) de espaço geográfico que caracteriza-se como

*“[...] um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual (Santos, 1986, p. 122).*

Entender essa cronologia é imprescindível para dotar de historicidade e constituição sociocultural os grupos que habitavam o lugar. Uma vez que as ocupações



Fig. 1 - Recorte dos municípios mineiros em 1952 (Fonte: IBGE, Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Volume 24, p. 19).

Fig. 1 - Map of Minas Gerais municipalities in 1952 (Source: IBGE, Encyclopedia of Brazilian Municipalities, Volume 24, p. 19).

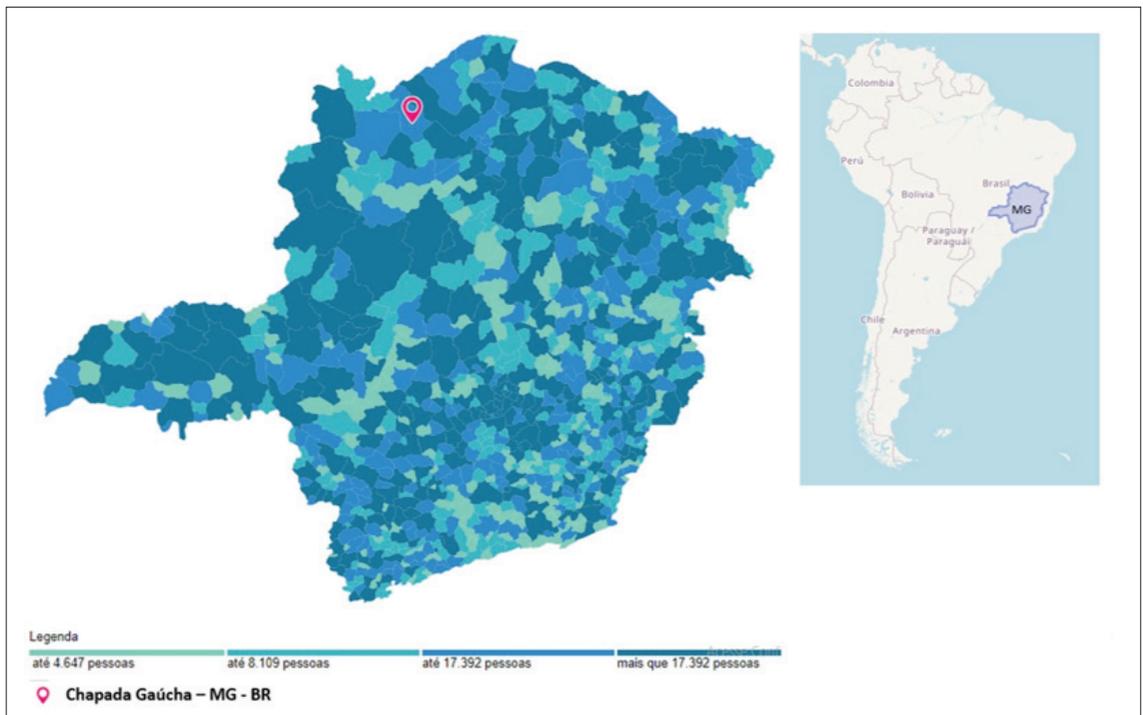


Fig. 2 - Divisão dos municípios mineiros em 2022 - Minas Gerais e Chapada Gaúcha (Latitude: 15° 28' 6" Sul, Longitude: 45° 25' 6" Oeste) em destaque (Fonte: Adaptado a partir de IBGE Mapas e IBGE Cidades).

Fig. 2 - Division of municipalities in Minas Gerais in 2022 - Minas Gerais and Chapada Gaúcha (Latitude: 15° 28' 6" South, Longitude: 45° 25' 6" West) highlighted (Source: Adapted from IBGE Mapas and IBGE Cidades).

recentes do território se instalam e se apropriam como se essa região não tivesse sua carga histórico-cultural. Concebendo e recriando um discurso unilateral advindo das suas raízes secundárias, onde a historicidade inicia com a saída desses grupos em direção a territórios antes “vazios”, que necessitam ter seu registro contado por pequenos grupos exógenos ao lugar, que por mera conformidade receberam apoio financeiro e político de um Estado, por meio de interesses de restritos grupos de políticos, que ignoraram os sujeitos que habitavam anteriormente esse território.

O espaço geográfico pesquisado é, transversalmente e constantemente, influenciado por inúmeros agentes da produção do espaço, suas ações e transformações ficam registradas, como marcadores tempo-espaciais no território (fig. 3), fragmentos das ações desses agentes são perceptíveis tanto urbano quanto rural, tais como:

- a) No uso do território: nas demandas conflitantes entre a coexistência de áreas de proteção ambiental, plantios de *commodities*, área urbana. Esta que exerce influência nos âmbitos: religioso, político, econômico, dentre outros. Inserindo ainda nesse contexto a reexistência de território quilombola, território indígena, assentamentos de realocação de agricultores familiares e/ou extrativistas; e
- b) Nas sobreposições culturais: povos originários e tradicionais do sertão mineiro com seus rituais e procissões sobrepostas por contemporâneas expressões culturais sulistas que impõem sua presença como marco de conquista, tal qual eram feitos no período colonial, quando se construíam templos simbólicos culturais nos territórios conquistados.

A partir da interpretação atenta dos agentes no uso do território, fica evidente as solidariedades verticais estreitas entre os sujeitos da esfera político-institucional com os grupos de empresários vinculados ao agronegócio. Tal qual em Santos (2006, p. 67), “A política agora é feita no mercado”, reflete bem a realidade ali exposta. Deixando pouco ou nenhuma margem às solidariedades horizontais voltadas a sociedade que vive, habita, o território, grupos de sujeitos tradicionais dispersos na área rural que tem na conservação das características naturais do bioma, suas expressões culturais, como exemplo, a coleta de frutos, cascas, folhas de plantas típicas para consumo ou uso medicinal.

A região sofreu e sofre inúmeras transformações nas últimas décadas devido à forte ação antrópica, em especial, pelo extrativismo de vegetais exógenos ao bioma cuja finalidade é obtenção de recursos financeiros a partir da venda de matéria-prima para exportação, conhecido mundialmente por *commodities*.

Esse não é um extrativismo que se beneficia e depende da vegetação nativa cerratense, pelo contrário, é um

extrativismo, de água, minerais e de todo o sistema químico e biológico existente nesses ambientes que são, forçosamente, utilizados para produzir e reproduzir milhares de hectares de grãos, expondo o solo, a fauna, a flora, os sistemas hídricos e os grupos sociais ao convívio com as intempéries decorrentes da aposta de poucos agentes transformadores destes espaços que não demonstram nenhuma ética com o futuro desses agentes passivos sociais e ambientais.

A paisagem é recortada, constantemente, por áreas de fronteira entre o sistema de plantio de monoculturas, os territórios quilombolas e as fontes de recurso hídrico da região. Isso acontece na proximidade ao Corredor Ecológico que abriga a comunidade Buraquinhos, repete-se nas proximidades do Parque Nacional Grande Sertão Veredas e também nos limites do Parque Estadual Serra das Araras.

O espaço geográfico do município de Chapada Gaúcha revela um complexo sistema entre fragmentos múltiplos de agentes e suas ações. Características típicas da inserção de capital internacional agindo fortemente na reestruturação do território, incorporando no local uma dinâmica muito próxima do sistema colonial: favorecimento econômico de grupos vinculados ao capital externo; reprodução e ampliação dos sistemas de *commodities* vinculados aos latifundiários que também têm poder político; reestabelecimento dos velhos padrões hierárquicos onde o capital se sobrepõe as expressões de vida. E é diante deste cenário que as re-existências surgem. Encontrou-se ali grupos da sociedade organizada que se articulam para resguardar a cultura e as tradições cerratenses, grupos comunitários ali compreendidos por sujeitos dos “Gerais” mineiros, mistura de conhecimentos relacionados ao território (ciclos climáticos, plantas, animais, rotas), acrescido da religiosidade e, mais recentemente, da introdução da literatura rosiana que é inserida como forma de retomada da cultura desses povos do lugar.

### Metadesenvolvimento

Percebe-se que problemas surgem quando há uma imposição de sobreposições desenvolvimentistas dos grandes centros urbanos sobre o não-grandes-centros-urbanos. Mentorias e mandatos daqueles sobre esses, reproduzindo seu pseudodesenvolvimento a lugares distintos e com potenciais outros divergentes de todo um discurso competente produzido por minorias centrais urbanas, que nos dias atuais pode-se até dizer, grupos mistos de capital estrangeiro. Sem fisionomia e sem nenhum comprometimento moral ou ético com os mais inúmeros e ímpares espaços constituídos e existentes, dentre estes, os que mais sofrem pressão são os que intencionam ou realizam algum tipo de resistência a esses sistemas predatórios de imposição e intencionalidades, muitas vezes, alheias ao desenvolvimento da integralidade desse espaço geográfico constituído, complexo e interrelacional.



Fig. 3 - Paisagens não-urbanas em Chapada Gaúcha: agentes da produção do espaço (Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022).

Fig. 3 - Non-urban landscapes in Chapada Gaúcha: agents of space production (Source: Author's personal collection, 2022).

É nesse contexto que Morin e Kern (1993) irão refletir e expressar a saída do que eles consideram “desenvolvimento-problema” ao “desenvolvimento humano” a partir do desenvolvimento de habilidades psíquicas, espirituais, étnicas, culturais e sociais. Diferente da noção desenvolvimentista, embrionária e mutilada, reduzida ao viés economicista e progressista. Essa mesma noção que se origina na dominação, escravização e exploração desde o início do processo da globalização.

Para além disso, esses autores adotam o metadesenvolvimento, tendo o desenvolvimento como finalidade para “Viver verdadeiramente. Viver melhor”, (idem, p. 88), a partir de uma ética do desenvolvimento, onde a economia precisa ser controlada por normas antro-po-éticas. Situação atual em que as digressões e catástrofes civilizatórias modernas se sustentam na individualização e no consumo, carecendo, urgentemente, de reforma no pensar e nas ações vitais. Necessitando-se considerar a insuficiência, simplificação, da concepção atual de desenvolvimento, sendo imperativo

“[...] dialectizá-la com a ideia de envolvimento e de involução, que nos remete para a origem ou antemundo, imersão nas profundezas do ser, regresso ao antigo, reinteração, esquecimento de si, introspecção [...], imersão na natureza, retorno aos mitos, procura sem fim, paz sem palavras” (idem, p. 89).

Na contramão do estabelecido como metadesenvolvimento, a economia acaba por exercer forte pressão no território, sendo o que assimilou-se como Capital. Esse, rege, manda e desmanda nas relações políticas, tornando-se quase que um denso deformador moral, em especial em países como o Brasil, onde há uma alta concentração de capital. Porém, apesar de sofrer todas as ações de produção e reprodução de matéria-prima para exportação (fig. 4), territórios como o do município da Chapada Gaúcha, sua população, pouco recebe de retorno referente a comercialização desses produtos.



Fig. 4 - Chapada Gaúcha - MG: contorno urbano (Fonte: Adaptado por autora a partir de Google Earth Pro - 2023).

Fig. 4 - Chapada Gaúcha - MG: urban outline (Source: Adapted by author from Google Earth Pro - 2023).

Os grupos comerciantes, detentores do capital ali produzido, não são, nem estão nesse município, nem ao menos compreendem as ações causadas por suas

fontes de enriquecimento econômico as quais se fixam e acometem o local. A exemplo, cita-se a suspensão de partículas no ar durante os meses de agosto a setembro (fot. 1), período em que a produção fica suspensa devido a ausência das chuvas e o solo encontra-se inteiramente descoberto, hectares e hectares de terra sem nenhuma cobertura vegetal, ampliando a sensação térmica e impactando diretamente na qualidade do ar da região.



Fot. 1 - Suspensão de partículas no ar e a “miragem”<sup>1</sup> provocada (Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022).

*Photo 1 - Suspension of particles in the air and the “mirage” caused (Source: Author’s personal collection, 2022).*

Aqui não há como separar interesses políticos, econômicos, institucionais, sociais, ambientais, seja qual for o conceito que se insira, os primeiros apropriadores, ou grupos detentores do capital, e reprodutores da monocultura espalhada pelo território nacional se inserem pelas vias da ganância intensificada pela inexpressiva ação ou consciência cidadã. Para explicitar melhor o efeito de miragem que o capital cria nesse contexto de reordenamento territorial, ampara-se em Marx (2011, p. 777-779):

*“O capitalista que produz o mais-valor, isto é, que suga trabalho não pago diretamente dos trabalhadores e o fixa em mercadorias, é, decerto, o primeiro apropriador, porém de modo algum o último proprietário desse mais-valor. Ele tem ainda de dividi-lo com capitalistas que desempenham outras funções na totalidade da produção social, com o proprietário fundiário etc. O mais-valor se divide, assim, em diversas partes. Seus fragmentos cabem a diferentes categorias de pessoas e recebem formas distintas, independentes entre si, como o lucro, o juro, o ganho comercial a renda fundiária etc. [...] Por outro lado, o fracionamento do mais-valor e o movimento mediador da circulação obscurecem a forma básica simples do processo de acumulação. Sua análise pura, por conseguinte, requer que abstraiamos provisoriamente de todos os fenômenos que ocultam o jogo interno de seu mecanismo” (Marx, 2011, p. 777-779).*

1 O termo miragem é uma referência ao fenômeno físico da refração, desvios dos raios de luz, provocados pelo calor intenso.

Logo, restam as cicatrizes que precisam ser levadas em consideração referentes a (re)produção capitalista no uso do território, nos grupos sociais e os recursos ambientais que ainda (re)existem. Mas para isso, torna-se necessário reviver, reavaliar, ressignificar os danos às sociedades e aos territórios provocados pelo que se convencionou a chamar de ‘globalização’, iniciado com as navegações intercontinentais, em busca de ‘novas mercadorias’, nem que para isso, fosse necessário reduzir a vida humana e a pluralidade a uma miragem ideológica de sujeitos exógenos. Assim, faz-se urgente decolonizar não só o pensamento, mas também as formas de agir nos múltiplos territórios.

### Por uma ocupação decolonial

O Brasil, quase que como seguindo um padrão que se repete em vários países da América Latina, carrega em seu histórico distintas ênfases de formas de desenvolvimento. Até aí tudo bem, entende-se que o desenvolvimento precisa surgir, brotar das características e necessidades intrínsecas e singulares do lugar.

Neste contexto, torna-se imperativo trazer a interpretação de Joseph-Achille Mbembe (2017) sobre os quatro traços característicos do tempo que nos atravessa. Segundo ele, nosso tempo expressa-se devido:

- i. O estreitamento do mundo e o repovoamento da Terra, desenraizamento geográfico e cultural, territórios antes habitados unicamente por povos autóctones sofrendo uma drástica transposição espaço-temporal devido a colonização e tráfico de escravos;
- ii. A redefinição do humano no quadro de uma ecologia geral e de uma geografia agora alargada, esférica e irreversivelmente planetária;
- iii. A introdução generalizada de ferramentas e de máquinas de cálculos ou computacionais em todas as facetas da vida social; e
- iv. A articulação entre o poder do capital e a capacidade de alterar voluntariamente a espécie humana.

A paz e fartura usurpadas pelas civilizações europeias nos processos coloniais fez-se as custas da violência a distância em terras devastadas - América, África, Ásia - instituindo um regime de desigualdades em escalas planetárias, motor central da implementação de poder através da estratificação das sociedades e seus territórios através da hierarquização, instituindo-se os europeus no ápice dessa hierarquia, relegando ao todo não-europeu a inferioridade e, em casos mais extremos, seu completo apagamento como seres humanos.

Logo, podemos inserir a questão: Como podemos contextualizar o processo da globalização instalado nessas regiões?

Para respondê-la, parte-se de algumas leituras, tal qual em Quijano (1992), a compreender que todo o processo de globalização que vivemos de forma rotineira nos

dias atuais, tem sua raiz encravada na colonização da América, África e Ásia.

Esses territórios, suas sociedades e culturas, foram brutalmente dominados, violentados por mais de cinco séculos. Como reflexo nas sociedades contemporâneas percebe-se constantes conflitos de poder entre os novos atores de predomínio que se revezam com intuito e forças que se estruturam através da dominação política formal que se articulam desde países do exterior a grupos minoritários nacionais. Essa dominação, explicitada por Quijano como colonialismo, embrenha-se nos corpos das mais distintas sociedades originárias de forma direta nas esferas política, social e cultural.

Sua estrutura gera discriminações sociais que se desmembraram em segregações racionais, éticas, antropológicas ou nacionais, conduzindo a uma atmosfera de ódio e rancor através da criação de inimizades. Logo, todo esse processo de colonização iniciado por determinados grupos de europeus, no caso brasileiro por portugueses, rapidamente se converteu em uma colonização também de imaginários, crenças e ideias, símbolos e do conhecimento, que por vias de reprodução do colonizador, cunhada na cientificidade e objetividade, ausência de elos afetivos, resultam na atual dominação colonial global.

Outro autor que dialoga com as mazelas originadas na colonialidade do poder é Mingolo (2014) que traz ao discurso a íntima relação modernidade/colonialidade/globalização (fig. 5). Esse autor que denomina a “ferida colonial” nas populações originárias colonizadas, vítimas por seu caráter diverso, múltiplo e diferenciado das doutrinas estabelecidas pela segregação, estagnação ideológica e redutora que também se fez (faz) colonizadora. Como resposta à globalização e ao pensamento linear global esse autor cunha o termo Matriz Colonial do Poder, baseado nas experiências da

América do Sul e Caribe com a colonialidade. Aqui, a modernidade se estabelece com uma narrativa originada na Europa, complexa, narrativa essa que constrói a ideológica civilização ocidental, celebrando conquistas e escondendo, simultaneamente, a obscuridade da colonialidade. Funda-se todo o processo de globalização do qual a sociedade global é reflexo direto, em que o pensamento moderno contemporâneo é, nada menos, que toda uma construção centrada na perspectiva redutora da colonialidade, ou seja, a colonialidade, revestida de modernidade, mantém-se ‘na’ e mantém ‘a’ globalização.

Para Mingolo a modernidade precisa ser assumida por seus dois lados, tanto pelas glórias quanto por seus crimes uma vez que ela se sustenta em dois âmbitos, no econômico onde a colônia e o país colonizador têm economias distintas, e no epistemológico que tem a ciência enquanto conhecimento e a arte enquanto significado que abre as portas a um novo sistema econômico, o capitalismo.

Assim, à retórica da modernidade, as práticas econômicas dispensam vidas humanas, transformadas em mercadorias pela escravidão, já o conhecimento justificava o racismo e a inferioridade de todas as demais vidas humanas, uma vez que era aplicado uma dupla colonização, do tempo e do espaço. A primeira através da invenção renascentista da Idade Média, já a segunda, criada pela colonização simultânea a conquista, domínio, do Novo Mundo. Emoldurando o mundo atual policêntrico e também interconectado pelo capitalismo. A nova emergência se estrutura no controle e na administração autoritária, econômica, subjetiva e em normas e na relação de gênero e sexo.

Para Mingolo, o caminho inverso a colonialidade é a fundamentação de pensamento decolonial, ou seja, a desobediência epistêmica da matriz colonial. E aqui, no tocante a construção epistemológica, a matriz colonial se constrói e é operada por nós, “histórico-estrutural heterogêneo”, que simultaneamente “divide e une a modernidade/colonialidade, as leis imperiais/regras coloniais e o centro/as periferias” (MINGOLO, 2017, p. 10). Neste ponto, a autora Connel (2013) enfatiza que a constituição teórica disseminada globalmente, utiliza-se e desconstrói a polissemia presente na perspectiva do Sul Global, visto como periferia acadêmica, que atua como uma espécie de campo onde se buscam dados e informações que, posteriormente, são analisadas, traduzidas e teorizadas pela perspectiva do Norte Global - centro, metrópole. Essa autora também enfatiza a atuação dos centros universitários mundiais que operam como uma espécie de corporações que exigem de seu corpo científico a produção constante e incessante de conteúdos a fim de embasar valores corporativos que requerem eficiência, constituindo um tecido homogêneo na frágil teia de conhecimento global.

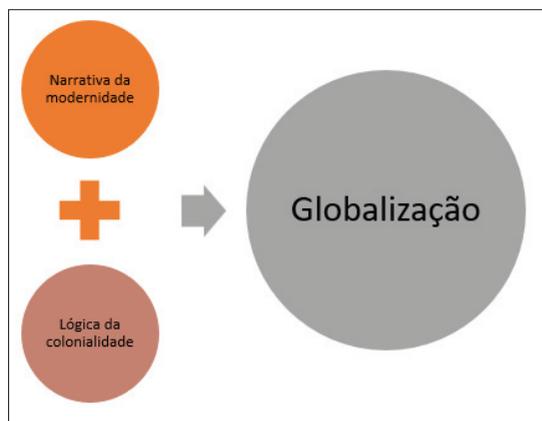


Fig. 5 - Relação modernidade-colonialidade-globalização (Fonte: Adaptado pela autora partir de Mingolo - 2017).

Fig. 5 - Modernity-coloniality-globalization relationship (Source: Adapted by the author from Mingolo - 2017).

Assim, para Connell, uma forma de desviar desse sistema de conhecimento global, homogêneo, emoldurado pelas instituições europeias e estadunidenses, logo, sua cultura acadêmica globalizada que assume, assumindo sistemas de classificação, seria recorrer ao caminho inverso, produzir conhecimento baseado na existência, na endogenia, na heterogeneidade de cada lugar, imaginar e constituir novos projetos educacionais sustentados nas culturas e saberes das sociedades e suas diversidades. Desta forma, operacionalizando soluções a longo prazo, formando intelectuais locais com senso de responsabilidade para e com a sociedade, que atuem por essa mesma sociedade. Assim, assentar as problemáticas e reconhecer suas metodologias próprias sobre o sistema de conhecimento onde o próprio problema se originou. Situar neste grupo social, seu território e sua cultura, as especificidades para desenvolver estudos e teorias que construam estruturas e mecanismos intelectuais favoráveis a continuidade cultural e histórica localizada.

A autora em questão também conduz a um repensar o papel das masculinidades na realidade atual de um mundo centrado em um pré-conceito formatado quanto à representação masculina e suas consequências sociais, sendo duas as chaves para o desenvolvimento de estudos sobre esse tema, o trabalho empírico e as análises conceituais para além do paradigma do papel sexual e do poder, múltiplo e hegemônico. Aqui nomearei essa ideologia hegemônica da masculinidade por “duplo masculino”, como uma espécie de fotografia de um ideário construído e esculpido a partir da colonização de masculino, utilizado e propagado como se forjado para todas as demais masculinidades, ou seja, uma homogeneização do masculino, que tenta refletir a realidade, mas que não passa de um duplo, simulacro onde o masculino é caracterizado principalmente pela força e a hegemonia de poder.

A perspectiva eurocentrada foi seguida por um modelo de ciência que isola o sujeito e o objeto, segrega e hierarquiza qualquer diferenciação ou diversidade que não seja de origem europeia. Ao fazê-lo, fecha-se ao diálogo ou ao simples movimento de interpretação e entendimento de outros conhecimentos que não os seus próprios. O preço a se pagar pelas populações originárias é o genocídio de tribos inteiras no caso da América Latina e de julgar pessoas como mercadorias no caso das etnias africanas.

Nesse contexto, necessita-se, urgentemente, descolonizar o pensamento e as práticas alinhadas a velha ciência europeia de totalidade parcializada em conformidade com a perspectiva eurocentrada. O conhecimento encontra-se na diversidade e na pluralidade de experiências humanas. A heterogeneidade cultural mundial, com suas características ímpares resguardam enorme teor de conhecimento ainda não compreendidas pela soberba da velha ciência eurocentrada. Não se questiona aqui a

importância do constructo europeu a ciência mundial, apenas abre-se a outras formas de conhecimento e reconhecimento da diversidade e pluralidade cultural das outras formas de fonte de se fazer ciência.

Em Mbembe (2017), a democracia, antes estruturada na figura do político, encontra-se ameaçada devido a imbricação entre: capital, tecnologias digitais, natureza e guerra, e novas constelações de poder que ela possibilita. Aqui a democracia visa a garantia da permanência política e ampla abertura a vida do estado a fim de adquirir caráter público, estando assim, em um contra caminho ao modelo liberal ou neoliberal vigente. O apresentado por Mbembe que, também exposto por Manso, em que a “*violência dos corpos foi substituída pela força das formas*” (2017, p. 32), onde os grupos caracterizados por milicianos, reguladores de comportamento, governadores das condutas sociais, resulta na ideologia produzida por esses e seus pares da prevenção que, em nome de uma suposta prevenção da desordem e da violência, seguem rígidos rituais, convergindo em formas de democracias ditas como modernas que toleram, até certo grau, uma explícita violência política, em muitos casos, até ilegal. Passando a integrar culturas de brutalidade impostas por instituições privadas agindo sob a tutela ou a omissão do Estado, linha estreita entre esse e grupos militares ou paramilitares.

Reconhecer as tragédias e buscar soluções é também papel dos geógrafos que estudam o território, neste caso, um território que carrega em sua historicidade as lembranças das tomadas de decisão dos governantes do Brasil colônia e república que se utilizaram, no período de sua formação, do tráfico humano, via completamente oposta a disponibilizada aos migrantes advindos da Europa.

O município de Chapada Gaúcha abriga populações tradicionais, entre as quais, está a de remanescentes de quilombo, Buraquinhos (fot. 2). Esta comunidade realiza o manejo sustentável da área que escolheram como abrigo. Em seu território há plantio de pequenas ‘roças’ que são comuns ou compartilhadas, desde a abertura da área, passando pela plantação de leguminosas, folhagens, tubérculos, até o ato da colheita e transformação da mandioca em farinha, tarefas realizadas em grupos. E, justamente, por ser detentora de saberes sobre o ecossistema local e necessitar deste território para expressão de sua cultura afrobrasileira, consta, com garantias, na Constituição Federal:

De acordo com o Decreto n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003 da República brasileira, em seu Artigo 2º, institui: “*consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida*” (Brasil, 2003).



Fot. 2 - Técnicas e produções tradicionais da Comunidade Quilombola Buraquinhos (Fotografias do acervo pessoal da autora, 2022).

Photo 2 - Traditional techniques and productions of the Quilombola Buraquinhos Community (Photographs from the authors' personal collection, 2022).

Diferentemente do que se ecoa como decolonialidade no imaginário dos que ainda habitam a colonialidade, a ressignificação aqui proposta é a ruptura com as sobreposições hierárquicas em rumo a respostas, não mais do global ao local, mas sim do local ao global, utilizando para esse fim, diálogos com sujeitos do lugar como referência maior.

Aqui, esses sujeitos territorializados, tal qual, ao citar Raffestin (1986, 1988), em Haesbaert (1997) menciona que aquele autor denominou o processo de T-D-R: Territorialização - Desterritorialização - Reterritorialização. Em Raffestin, a territorialização humana, seus laços constituídos na relação com o território de vivência, “*pode ser definida como ‘o conjunto de relações que desenvolve uma coletividade - e, portanto, um indivíduo que a ela pertence - com a exterioridade e/ou a alteridade por meio de mediadores ou instrumentos’*” (Raffestin, 1986, *apud* Haesbaert, 1997, p. 32).

Ainda segundo Haesbaert (1997), é atribuído ao que grupos migratórios sulistas denominam por “modernização” o que gera confronto direto com as tradições das populações locais previamente instaladas, interferindo diretamente no processo de reformulação de novos territórios: novas formas de territorialização sulista frente à desterritorialização dominante, mas não exclusiva, entre os sujeitos ali situados previamente.

“*Em síntese, podemos afirmar que a desterritorialização contemporânea, fruto sobretudo de uma longa história das relações capitalistas, é produto/produzida das inovações tecnológicas impostas pelos capitalistas e pela sociedade de consumo, que podem gerar uma crescente mobilidade (de pessoas, mercadorias e informações), do relativo desmonte do Estado-nação e do domínio que exercia sobre sua territorialidade (enfraquecendo as formas tradicionais de cidadania e de controle político sobre as transformações territoriais) e da crise de valores que gera uma crise de identidades,*

*incluindo as identidades com a natureza (cada vez mais devastada e “enclausurada” em reservas de acesso controlado) e com o território em sentido mais amplo”* (Haesbaert, 1997, p. 112).

Ainda na constituição conceitual desse autor, tece-se novos arranjos políticos e uma atmosfera de atritos culturais somados a competitividade e desigualdade socioeconômica. Capaz de promover territórios virtualmente abertos e potencialmente “multiculturais, porém, também é passível de destruir fronteiras de controle e referência, diluir relações interpessoais diretas, mediadas por dispositivos de tecnologia, a fim de promover desemprego estrutural e o novo nomadismo” (*ibidem*) de empregos temporários, o que afeta profundamente a desigualdade entre os diferentes estratos sociais.

Tal qual Santos (2002) sintetiza que, com muita frequência, as ideias de lugar e localização, antes gêmeas, aparecem dissociadas:

“*Uma dada fração do território permanece no mesmo ponto de encontro das coordenadas geodésicas, marcada pelas mesmas características geográficas e frequentemente guardando o mesmo nome herdado. Isso é o seu lugar físico. Sua localização, seu lugar econômico e social (e político), está mudando, segundo uma lei que é a da nação como um todo. No caso do brasileiro, tal mudança, rude e perversa, frequentemente decorre de fatores distantes e estranhos, sem possibilidade de contraponto local. A própria lógica interna de lugar, que deveria guiar e apoiar as tarefas dos governos locais, é com frequência deslocada, tornada alheia, no sentido de estranha. Mas a organização político-territorial ainda é pensada como se houvesse unidade entre lugar e localização e como se os meios materiais e jurídicos para enfrentar a nova síntese histórica pudessem ser os mesmos”* (Santos, 2002, p. 22-23).

Nessa perspectiva, a categoria de lugar, na maioria dos territórios, configura-se meros receptáculos de rupturas culturais, conduzindo os sujeitos do lugar, antes territorializados, expressões da errância. Enquanto no território o Estado se organiza e, a partir de simulacros que combinam recortes temporais específicos, ressalta a estrutura dos grupos que estão no poder, utilizando-se desses simulacros como uma espécie de “coleira” da existência coletiva, grupo social ali instalado momentaneamente.

A permanência no território possibilita ao sujeito territorializado o uso e usufruto dos eventos e lugares de seu passado, mantendo ativa sua identidade e, consequentemente, prática e vivência de sua cultura. Territorializando o sujeito em seu tempo-espaço, no caso específico do grupo pesquisado, sujeitos que têm no bioma Cerrado o embrião de sua expressão cultural. Neste contexto, o professor Porto-Gonçalves (2014) elucida aspectos sobre o bioma Cerrado e as comunidades cerratenses:

*“O Cerrado (Bioma brasileiro que está localizado na região central do país, responsável por recursos hídricos que abastecem as principais bacias hidrográficas nacional) tem um enorme patrimônio acumulado de conhecimentos, de dinâmicas ecológicas e de especificidades e complementariedades entre as unidades da paisagem. Com base nesse acervo, nos últimos anos algumas iniciativas em torno do agroextrativismo vêm se estruturando. Algumas extraem mais de 100 produtos, a partir de resinas, frutos etc., beneficiando milhares de famílias. Essas iniciativas dão um testemunho dessa convivência entre agricultura e extrativismo, do manejo integrado das paisagens de Cerrado por seus povos”* (Porto-Gonçalves, 2014, p. 8).

Reitera-se então a importância das questões locais serem respondidas e desenvolvidas pelas populações que neste âmbito local vivem. Porém, as áreas que comunidades cerratenses ainda podem permanecer estão, a cada momento, mais raras, uma vez que as mesmas precisam de recursos naturais para que possam viver, e esses, estão cada vez mais cercados por grandes latifúndios de monocultivo, influenciando de forma direta e indireta a biótica da região. A exemplo, pode-se citar que o excesso de defensivos agrícolas atinge diretamente insetos que auxiliam a floração e frutificação de plantas nativas, abrangendo todo tecido relacional sociobiodiverso.

Ao se tratar de Unidades de Conservação (UCs) presentes no município de Chapada Gaúcha, abrigos legais de recursos naturais, somam-se três unidades de conservação em seu território, sendo elas:

1. Parque Nacional Grande Sertão Veredas - apenas uma pequena parcela de sua área está dentro do município;

2. Parque Estadual Serra das Araras - sua área total está inserida no município; e
3. Reserva de Desenvolvimento Sustentável Veredas do Acari - quase que sua área total.

O primeiro é de proteção integral, já os dois seguintes são permitidos a permanência de grupos sociais, no caso em particular, de comunidades rurais de agricultores, em sua maioria agricultura familiar. Assim, entende-se a necessidade pulsante em interrelacionar os aspectos dos elementos soltos no caos do território, sua natureza, são repletos de signos que, aos olhos atentos do observador consciente, tem o potencial de realizar a leitura da composição e manutenção da paisagem ali estabelecida. Não fixa, em constante mutação, uma vez que as forças e as ações que atuam sobre esse território, são detritos de uma suposta ordem de interesse daqueles que, continuamente, esforçam-se para manter essa composição.

### Conclusão

Ao analisar o município de Chapada Gaúcha, percebeu-se que realidades similares se inseriram fortemente no território nacional, onde agentes públicos e empresários atuam em uma forte consonância para transformar, produzir e reproduzir o capital através do território, tudo isso desprovido de qualquer senso ético com a Sociobiodiversidade do lugar. Logo, subjuga-se regiões de vegetação nativa, meros empecilhos ao fator de crescimento econômico, pensado e projetado por sujeitos da ação política, empresarial, financeira, movidos por perspectivas que se contradizem ao próprio desenvolvimento do lugar, utilizando-se das regiões brasileiras como meros produtores e receptáculos, fontes de recursos de capital imediato ou de curto prazo, ignorando ou excluindo toda e qualquer forma de vida existente ali, incapaz de compreender outros benefícios advindos de se pensar, planejar e executar de forma integral o potencial já existente na mesma região.

Tudo isso deixa marcas no território, nas interações ali expressas, resultantes de ações vinculadas ao padrão mundial de poder sobre as relações sociais constituídas a partir da co-presença, tal qual em Quijano (2002, s.p.), de três permanentes elementos: dominação, exploração e conflito. Elas, afetam diretamente quatro áreas básicas da existência, e essência, social resultantes e expressivas na disputa por seus controles: “1) o trabalho, seus recursos e seus produtos; 2) o sexo, seus recursos e produtos; 3) a autoridade coletiva (ou pública), seus recursos e produtos; 4) a subjetividade/ intersubjetividade, seus recursos e produtos”. Desta mesma forma, compõe-se toda uma ideologia de desenvolvimento baseado no crescimento econômico, tendência global, as custas da complexidade social e

ambiental do lugar, tendo o capitalismo como estrutura de controle de subjetividades, de territórios e de seus usos, amplificando as relações entre dominação e exploração, as avessas de uma padronização orgânica a partir do potencial ali concentrado em sua diversidade.

Populações tradicionais tendem a ser guardiãs de patrimônio significativo cultural e natural, além de zelar pela biodiversidade e herança cultural de seus antepassados. Pensamos que salvaguardar a manutenção desses grupos em seus territórios perpassa por executar práticas de desenvolvimento que amenizem sua vivência onde possuem laços afetivos com o lugar, recinto de experiência, convivência desenvolvida de técnicas, fazeres, símbolos, obtidas a partir do que é efetivo a vida, a biodiversidade, aprimoradas e adaptadas em seu contexto mais integral, inter e intrageracional. Tendo como elementar a sabedoria ventricular originário da relação íntima com o universo orgânico, múltiplo, complexo. Conhecimento que nasce da simplicidade e da essência que podem ser o ponto de retomada da caminhada humana em direção a continuidade e preservação da vida.

Entende-se que somente os que vivenciam, intimamente, realidades como essas, possuem a capacidade inata de compreensão e superação dessas problemáticas territoriais a fim de produzir a devida crítica e encontrar soluções apropriadas. Assim, as Teorias do Sul, estudiosos e pesquisadores, que há muito se debruçam sobre as expressões e extensões que marcam mais de meio milênio os territórios de convívio do sul global, elaboram e geram reflexões sobre uma consciência capaz de nomear, diagnosticar, descrever essa relação supra colonizado-colonizador para que possa construir respostas a integralidade de e para todos os territórios e seus povos e sociedades vítimas das políticas da inimizade constituídas nesse processo de interação hierárquica social.

#### Referências bibliográficas

Connell, Robert W., Messerschmidt, J. (2013). Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista de Estudos Feministas*, v. 21, n. 1, 241-282.

Connell, R. (2014). Margin becoming centre: for a world-centred rethinking of masculinities. *Journal of Masculinity Studies*, v. 9, n. 4, 217-231.

Google Earth Pro. Versão 7.3.4.8642 (64-bit). Acesso em julho de 2023. [software].

Haesbert, R. (1997). Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE (2023). Censo 2022. Disponível em <https://censo2022.ibge.gov.br/>, acesso em 21 de julho de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE (2023). Cidades. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/>, acesso em julho de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE (2022). Portal de Mapas. Disponível em [https://portaldemapas.ibge.gov.br/leafletshape.php?q=https%3A%2F%2Fgeofpt.ibge.gov.br%2Forganizacao\\_do\\_territorio%2Fmalhas\\_territoriais%2Fmalhas\\_municipais%2Fmunicipio\\_2018%2FBrasil%2FBR%2Fbr\\_unidades\\_da\\_federacao.zip](https://portaldemapas.ibge.gov.br/leafletshape.php?q=https%3A%2F%2Fgeofpt.ibge.gov.br%2Forganizacao_do_territorio%2Fmalhas_territoriais%2Fmalhas_municipais%2Fmunicipio_2018%2FBrasil%2FBR%2Fbr_unidades_da_federacao.zip), acesso em julho de 2023.

Marx, K. (2011). *O Capital - Livro I: Crítica da Economia Política - o processo de produção do capital*. Trad. Rubens Enderle. Editora Boitempo. Edição digital disponível em <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/o-capital-livro-1.pdf>, acesso em maio de 2023.

Mbembe, A. (2017). *Políticas da inimizade*. Lisboa: Antígona.

Mignolo, W. (2014). O controle dos corpos e dos saberes. Entrevista com Walter Mignolo. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos On-Line* (IUH On-Line), 11/07/2014.

Mignolo, W. (2017). Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 94 (junho), 1-18.

Morin, E., Kern, A. B. (1993). *Terra-Pátria*. Tradução Armando Pereira da Silva. Lisboa: Instituto Piaget.

Porto-Gonçalves, C. W. (2014). Descolonizar o pensamento, condição para a sustentabilidade: diálogo com o Carlos Walter Porto-Gonçalves. [Entrevista cedida a] Mônica Nogueira. *Sustentabilidade em Debate*, Brasília, v. 5, n. 3, setembro à dezembro, 159-168.

Quijano, A. (1992). *Colonialidad y Modernidad/ Racionalidad*. Perú Indígena, v. 13, n. 29, 11-20.

Quijano, A. (2002). *Colonialidade, poder, globalização e democracia*. Novos Rumos, v. 17, n. 37.

Santos, M (2006). Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal. 13ª ed. Rio de Janeiro: Record.

Santos, M. (2002). *O País distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania*. Organização, apresentação e notas de Wagner Costa Ribeiro; ensaio de Carlos Walter Porto Gonçalves. São Paulo: Publifolha.

Santos, M. (1986). *Por uma Nova Geografia: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. 3ª Edição - São Paulo: Editora Hucitec.

Santos, M., Silveira, M. L. (2001). *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 2ª Edição - Rio de Janeiro: Record.